

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO N.º 3/2023 (COM PUBLICAÇÃO NO JOUE) - “AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO PARA A UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR”, DO PROGRAMA UBI IMPULSO JOVENS STEAM E UBI IMPULSO ADULTOS, NO ÂMBITO DO PRR - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA PARA 2021-2026.

PARTE I

CLÁUSULAS GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar, nomeadamente, jurídicas, técnicas e económicas relativas ao procedimento por Concurso Público Nº 3/2023, que tem por objeto a **“Aquisição de equipamento informático para a Universidade da Beira Interior”** do programa UBI Impulso Jovens STEAM e Impulso Adultos, no âmbito do PRR -Programa de Recuperação e Resiliência para 2021-2026, em conformidade com o consignado na Parte II do respetivo Caderno de Encargos designadamente, nas Especificações Técnicas (Mínimas).
2. O serviço objeto do presente procedimento enquadra-se no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) no código: CPV 30230000-0 *Equipamento informático*.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato a celebrar será reduzido a escrito nos termos do Artigo 94.º do CCP, sendo composto pelo respetivo clausulado contratual e por todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante.
2. Consideram-se integrados no Contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:
 - a) O clausulado contratual e seus anexos, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pela adjudicatária nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
 - b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela contraente público;
 - c) Os esclarecimentos e retificações relativos às peças do procedimento que a entidade adjudicante venha a prestar nos termos do artigo 50.º do CCP;

- d)** O presente Caderno de Encargos;
 - e)** A proposta adjudicada;
 - f)** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante;
 - g)** Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no presente Caderno de Encargos.
- 3.** Em caso de divergência entre os elementos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4.** Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 do Artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos, e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no Artigo 99.º e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no Artigo 101.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 3.ª

Prazo de entrega/execução e verificação dos bens

- 1.** O adjudicatário deverá fornecer os equipamentos/bens no prazo máximo de **75 dias**, contados da data da última assinatura do contrato.
- 2.** A entrega dos bens terá de ser, obrigatoriamente, acompanhada da guia de remessa correspondente, devendo constar, designadamente:
 - Data de entrega;
 - Identificação do adjudicatário/cocontratante;
 - Identificação da entidade adjudicante/contraente público e local de entrega;
 - Número da requisição emitida pela entidade adjudicante/contraente público e a referência a este procedimento;
 - Preço unitário adjudicado.
- 3.** A entidade adjudicante/contraente público deverá ser avisada até ao prazo máximo de 24h antes da realização da entrega dos bens, de forma a alocar os recursos humanos/logísticos necessários ao recebimento dos bens.
- 4.** Realizada a entrega dos bens objeto do contrato, *entidade adjudicante (através do Gestor de Contrato)*, procede à verificação dos mesmos, no prazo de 5 (cinco) dias, com vista a verificar que os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos definidos pelo contrato, bem como outros requisitos objetivos e subjetivos de conformidade exigidos por lei.
- 5.** Após a verificação mencionada no ponto anterior, a entidade adjudicante/contraente público

pode:

- a) Aceitar os bens mediante condição de, após exame ou durante a utilização, estes cumprirem as características exigidas;
- b) Rejeitar total ou parcialmente os bens;
- c) Solicitar a entrega dos bens em falta.

6. Todos os bens objeto do contrato bem como as respetivas peças, componentes ou equipamentos devem ser novos.

7. No fornecimento deverão ser incluídas todas as despesas de transporte e entrega dos equipamentos nas instalações da entidade adjudicante/contraente público.

Cláusula 4.^a

Local da entrega dos bens

O fornecimento dos equipamentos/bens deverá ser efetuado nas instalações dos Serviços de Informática da Universidade da Beira Interior, sitos na Rua Marquês D'Ávila e Bolama 6201-001 Covilhã.

Cláusula 5.^a

Critério de adjudicação

- 1. A adjudicação será feita ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do Artigo 74.º do CCP, ou seja, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa através da modalidade [monofactorial] de avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
- 2. Não há lugar à adjudicação quando se verifique qualquer uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 79.º do CCP.
- 3. Em caso de empate, é adjudicada a proposta que resultar da escolha em função de sorteio (que deve obedecer às regras procedimentais constantes do **Anexo B** ao Programa de Concurso) a desenrolar presencialmente com os representantes dos concorrentes, devidamente credenciados, do qual se lavrará ata assinada por todos os presentes.

Cláusula 6.^a

Preço base

- 1. O **preço base** é de **181.800,00€** (cento e oitenta e um mil e oitocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. Serão excluídas as propostas cujo valor seja superior ao preço base.
3. O preço referido no número um inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.
4. Não há lugar a revisão ou atualização do preço, nem a pagamentos antecipados.

Cláusula 7.^a

Condições de pagamento

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante/contratante público deve pagar ao adjudicatário/cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. A(s) fatura(s) será(ão) paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de receção e conferência da(s) mesma(s) pela entidade adjudicante/contratante público, através de transferência bancária para a conta a indicar pelo Adjudicatário.
3. A emissão da fatura só pode ocorrer após o vencimento da correspondente obrigação.
4. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve comunicar por escrito ao adjudicatário os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 8.^a

Obrigações do adjudicatário/cocontratante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, constituem obrigações do adjudicatário/cocontratante, após celebração do contrato escrito:

1. Efetuar o fornecimento dos bens objeto do contrato, nos prazos estabelecidos e nas condições definidas para o presente procedimento, designadamente, no Programa do Concurso, neste Caderno de Encargos, demais documentos contratuais e em conformidade com a letra e o espírito das especificações técnicas (mínimas).
2. Prestar à entidade adjudicante/contratante público, em qualquer tempo e na pendência da execução do contrato os serviços, informações, demonstrações de funcionalidades e esclarecimentos relativos ao fornecimento prestados no âmbito do contrato a celebrar, em conformidade com este Caderno de Encargos.
3. Não alterar as condições do fornecimento dos bens prevista no/pelo Caderno de Encargos;

4. Garantir que, durante a vigência do contrato, se cumpre o disposto nas Especificações Técnicas (mínimas);
5. A título acessório, a adjudicatário/cocontratante fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens objeto do contrato, designadamente quanto ao transporte, entrega e instalação dos bens.

Cláusula 9.^a

Obrigações da entidade adjudicante/contraente público

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, constituem obrigações da entidade adjudicante/contraente público:

1. Celebrar o contrato com o adjudicatário/cocontratante nas condições expressas no presente Caderno de Encargos.
2. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, entidade adjudicante/contraente público deve pagar ao adjudicatário/cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, devendo:
 - a) Pagar, no prazo acordado, a(s) fatura(s) ou documento(s) equivalente(s), emitida(s) pelo adjudicatário/cocontratante;
 - b) Verificar o cumprimento das obrigações previstas para o adjudicatário/cocontratante.

Cláusula 10.^a

Garantia

1. O adjudicatário/cocontratante garantirá, sem qualquer encargo para a entidade adjudicante/contraente público, os bens fornecidos pelo **prazo de garantia mínimo de 60 meses**, contra qualquer falta de conformidade com as exigências legais bem como com as características, especificações, requisitos técnicos e finalidade a que se destina, definidos nas Especificações Técnicas (Mínimas) do presente Caderno de Encargos.
2. O prazo de garantia referido no número anterior conta-se a partir da data da aceitação dos bens.
3. Durante o período da garantia, o **fabricante dos equipamentos** deverá disponibilizar serviços que facilitem o suporte técnico, nomeadamente:
 - a) Reparação “on-site” no dia útil seguinte ao da comunicação de avaria;

- b)** Página Web de onde seja possível descarregar todos os drivers e software necessários a uma correta exploração dos equipamentos;
- c)** Fórum de suporte “on-line”;
- d)** Linha telefónica de suporte que funcione no mínimo de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

Cláusula 11.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

- 1.** São da responsabilidade do adjudicatário/cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito da prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
- 2.** Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário/cocontratante indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 12.^a

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Cláusula 13.^o

Dever de sigilo e prazo do dever de sigilo

- 1.** O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2.** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destina direta ou exclusivamente à execução do contrato.
- 3.** Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este esteja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4.** O dever de sigilo mantém-se em vigor ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do

cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos as pessoas coletivas.

Cláusula 14.^a

Incumprimento contratual

- 1.** Se o cocontratante cumprir defeituosamente qualquer das suas obrigações contratuais por facto que lhe seja imputável ou não as cumprir de forma pontual, o contraente público notifica-o para, dentro de um prazo razoável (que determinará), cumprir correta e atempadamente as obrigações em falta e repor a normalidade da situação, sem prejuízo do disposto na Cláusula 17.^a.
- 2.** Findo o prazo referido no número anterior sem que o cocontratante tenha sanado o incumprimento e/ou agido em conformidade com a notificação da entidade adjudicante, este pode, mediante mera notificação àquela e independentemente de qualquer outra formalidade:
 - a)** Optar pela cessão da posição contratual (compulsiva) por incumprimento do cocontratante; ou
 - b)** Considerar o incumprimento como definitivo e resolver o Contrato.

Cláusula 15.^o

Penalidades

- 1.** Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante/contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento do prazo de início da prestação de serviços, até 1% do valor por cada dia de atraso.
- 2.** O valor acumulado da pena pecuniária não pode exceder 20% do valor contratual, em conformidade com o artigo 329.^o do CCP, sem prejuízo da aplicação do n.º 3 do mesmo normativo.
- 3.** Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante/contraente público terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, o grau de culpa do adjudicatário/cocontratante e as consequências do incumprimento.
- 4.** A(s) pena(s) pecuniária(s) prevista(s) na presente Cláusula não obsta(m) a que a entidade adjudicante/contraente público possa exigir uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.^a

Desconto de prestações devidas

O contraente público reserva-se o direito de, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, descontar no preço da prestação as quantias devidas pela adjudicatária em virtude do incumprimento de obrigações contratuais ou legais no âmbito da execução da prestação dos bens, incluindo o valor de sanções contratuais.

Cláusula 17.^a

Resolução do contrato por parte do contraente público

- 1.** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, designadamente no artigo 333.º do CCP, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, prazo de início da prestação de serviços.
- 2.** Poderá, também, haver lugar à resolução do contrato por parte do contraente público, com o inerente direito a justa indemnização, quando se verifique desvio qualitativo relativamente às especificações contidas na proposta do cocontratante que venham a ser colhidas no contrato.
- 3.** O incumprimento dos deveres resultantes do contrato confere ao contraente público o direito a resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
- 4.** Para efeitos do disposto no número um, considera-se existir incumprimento definitivo quando a entrega e instalação dos bens não tiverem início no prazo de 190 dias após a celebração do contrato.
- 5.** Em caso de resolução, as penalidades aplicadas por mora não serão reembolsáveis.
- 6.** A resolução será efetuada mediante carta registada com aviso de receção, findo o prazo a que se alude no número anterior.
- 7.** A eventualidade do contraente público poder resolver o contrato a título sancionatório, não prejudica a possibilidade de, querendo, poder optar por fazer uso da possibilidade de cessão da posição contratual (compulsiva) por incumprimento do cocontratante, a que se alude na Cláusula 18.^a.

Cláusula 18.^a

Cessão da posição contratual (compulsiva) por incumprimento do cocontratante

- 1.** Se em virtude do incumprimento das obrigações contratuais pelo cocontratante estiverem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cede a sua posição

contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento.

2. Para efeitos do disposto no número anterior deve atender-se ao disposto no Artigo 318.º-A do CCP.

3. O exercício do direito de opção pela cessão da posição contratual (compulsiva) por incumprimento do cocontratante não prejudica a aplicação das sanções contratuais previstas no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 19.ª

Resolução pelo cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, designadamente no Artigo 332.º do CCP, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de ou 6 meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros.

2. O direito de resolução é exercido mediante declaração escrita enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o Artigo 444.º do CCP.

Cláusula 20.ª

Suspensão do contrato

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, o contraente público pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, designadamente quando estiverem em causa razões de segurança pública, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.

2. A suspensão referida no número anterior produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação do cocontratante, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.

3. O contraente público pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do contrato.

4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o cocontratante não pode reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do contrato.

Cláusula 21.^a

Cessão da Posição Contratual

1. O cocontratante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização do contraente público.
2. Para efeitos de autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao cocontratante no presente procedimento.
 - b) O contraente público apreciará, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no Artigo 55.º do CCP e se garante o exato e pontual cumprimento do contrato.

Cláusula 22.^a

Alterações contratuais

1. Qualquer alteração ao contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir do dia útil seguinte à data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato de serviço prestado pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação dos aspetos essenciais do mesmo nem constituir uma forma de restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 23.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual do fornecimento e instalação de bens e ou obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado e aceite, entendendo-se como tal as circunstâncias ou acontecimentos, imprevisíveis e

excepcionais, independentes das vontades das partes, e que não derivem de falta ou negligência de qualquer delas, que impossibilitem a respetiva realização, porquanto alheios à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir casos fortuitos ou de força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, catástrofes naturais que afetem as instalações ou a capacidade produtiva das partes, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, pandemias, doença grave ou falecimento de meios humanos afetos à execução do Contrato, sabotagens, greves gerais ou setoriais que impliquem quebra total da capacidade produtiva das partes, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
- b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
- g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos fortuitos ou de força maior deve ser imediatamente comunicada a outra parte, devendo justificar tais situações, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

5. A adjudicatária deve, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar do conhecimento da ocorrência, notificar o contraente público da duração previsível do acontecimento e dos seus efeitos na execução do Contrato, juntando certificado das entidades competentes que ateste a veracidade e exatidão dos factos alegados e oferecendo prova de, em tempo devido, ter esgotado todos os meios para reduzir ao mínimo o atraso e os prejuízos na execução do Contrato.

6. Se a adjudicatária não puder, por razões que não lhe sejam imputáveis, apresentar os certificados referidos no número anterior dentro do prazo aí previsto, deve apresentá-los logo que possível, apresentando igualmente a justificação para tal atraso.
7. Quando uma das partes não aceite, por escrito, que certa ocorrência invocada pela outra constitui caso fortuito ou de força maior, cabe à parte que a invocou fazer prova dos respetivos pressupostos.
8. Os casos fortuitos ou de força maior determinam a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante dos mesmos.

Cláusula 24.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada a outra parte.
3. As notificações, informações e comunicações a realizar ao abrigo do contrato devem ser efetuadas com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
4. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o contraente público e o cocontratante, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do CCP.
5. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.
6. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário o contraente público, efetuadas após as 17 (dezassete) horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 (dez) horas do dia útil seguinte.

Cláusula 25.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar, de imediato, a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, que constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 26.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 27.^a

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Cláusula 28.^a

Proteção de Dados

O tratamento de dados pessoais obedecerá ao disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), sendo os mesmos utilizados exclusivamente para os fins decorrentes do presente procedimento, seja na fase da formação do contrato, seja na fase da respetiva execução.

Cláusula 29.^a

Caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pelo contraente público à primeira solicitação, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo

cocontratante de obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no Contrato ou na lei.

2. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
3. A resolução do Contrato pelo contraente público não prejudica a execução das cauções.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do Artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 30.ª

Outros encargos

Todos os demais encargos derivados do presente contrato são da responsabilidade do cocontratante.

Cláusula 31.ª

Gestor do contrato

1. Nos termos conjugados da alínea i) do Artigo 96.º e 290.º-A, todos do CCP, e com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, será designado um gestor do contrato.
2. O gestor do contrato pode vir a ser substituído temporária ou definitivamente sem que isso implique alteração do contrato.
3. A substituição do gestor de contrato é oponível ao adjudicatário por mera notificação.

Cláusula 32.ª

Legislação aplicável e foro competente

1. A tudo o que não esteja especialmente regulamentado no presente Caderno de Encargos aplica-se o regime previsto no CCP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação, e demais legislação e regulamentação aplicável e, em qualquer caso, sempre a Lei portuguesa.
2. Os litígios decorrentes da execução, interpretação e aplicação das regras contratuais serão submetidos a uma tentativa de conciliação a realizar entre os representantes expressamente designados para o efeito pelas partes, no prazo de 10 (dez) dias, seguidos, contados da solicitação que para o efeito qualquer das partes produza.

3. Frustrada a conciliação, para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (MÍNIMAS)

Cláusula Única

Especificações Técnicas (mínimas)

1. Pretende-se que os concorrentes apresentem propostas de acordo com as quantidades e especificações técnicas/requisitos técnicos mínimos constantes das seguintes tabelas:

A. Computadores

Tipo	Caraterísticas mínimas		Quantidade
1	Formato: CPU: RAM: Ranhuras de memória livres: SSD: Gráfica: Saída Vídeo: Portas USB: Rede:	SFF ou Desktop 6 núcleos, tipo I5-12500 ou superior 16GB DDR4-2666 ou superior 1 500 GB On Board 2 x DP ou HDMI 2x USB 2.0 tipo A + 3 x USB3.2 tipo A + USB3.2 tipo C Ethernet 10/100/1000	80
2	Formato: CPU: RAM: Ranhuras de memória livres: SSD: Gráfica: Saída Vídeo: Portas USB: Rede:	Desktop ou tower 16 núcleos, tipo I9-12900K ou superior 32GB DDR4-2993 ou superior 1 500 GB tipo Quadro P1000, memória de 4G ou superior 2 x DP ou HDMI 2x USB 2.0 tipo A + 3 x USB3.2 tipo A + USB3.2 tipo C Ethernet 10/100/1000	74

B. Monitores

Tipo	Características mínimas		Quantidade
1	Painel: Resolução: Brilho: Contraste: Angulo de visão horizontal:	22" IPS ou equivalente 1920x1080 250 cd/m² 1000:1 178º	80

	Angulo de visão Vertical:	178°	
	Tempo de resposta:	8 ms	
2	Painel:	27" IPS ou equivalente	74
	Resolução:	2560x1440	
	Brilho:	350 cd/m ²	
	Contraste:	1000:1	
	Angulo de visão horizontal:	178°	
	Angulo de visão Vertical:	178°	
	Tempo de resposta:	4 ms	

2. Todos os computadores devem ser fornecidos com teclado português e rato ótico.
3. A diagonal dos monitores a fornecer pode variar num máximo de +/- 0,5" em relação aos valores solicitados.
4. Todos os produtos propostos devem possuir certificação TCO, EPEAT Silver ou Gold e Energy Star.

ANEXO I
MAPA DE QUANTIDADES

DESIGNAÇÃO	TIPO	QUANTIDADE
Computadores	1	80
Computadores	2	74
Monitores	1	80
Monitores	2	74

O Reitor,

(Professor Doutor Mário Lino Barata Raposo)